Interpelação Escrita

O Governo está a atribuir subsídios aos comerciantes para a instalação de barreiras contra inundações, mas não está a subsidiar as pessoas que residem no rés-do-chão de zonas baixas da cidade, o que é injusto. Já em Maio passado interpelei a Administração sobre esta matéria, e a Direcção dos Serviços de Economia respondeu-me, de acordo com o despacho do Chefe do Executivo.

Na interpelação em causa perguntei se a Administração estava a descurar as referidas pessoas, e na resposta do Director substituto, este afirma que, após a passagem do tufão Hato, o Governo subsidiou comerciantes e residentes individuais. No entanto, coloca-se a seguinte questão: de facto, naquela altura, o Governo subsidiou estes dois grupos de pessoas, mas agora só está a subsidiar os comerciantes e está a fazer ouvidos moucos aos residentes. Não estará então a descurá-los?

Na resposta à interpelação, a Administração afirma que o objectivo do subsídio para a instalação de barreiras contra inundações é "*ajudar as PME afectadas a atenuarem e resolverem as suas dificuldades*", mas, se fizermos uma comparação entre comerciantes e residentes individuais, verifica-se que, regra geral, estes últimos têm menor capacidade económica, especialmente os que vivem em travessas e becos das zonas antigas, e estou em crer que terão muitas dificuldades em suportar as despesas com a instalação destas barreiras.

No plano de apoio para a instalação de barreiras contra inundações, os comerciantes podem ser subsidiados e muitos já apresentaram os seus

pedidos no primeiro trimestre do corrente ano, porém, os subsídios ainda não foram aprovados. A época dos tufões está a chegar e os comerciantes "estão preocupados como formigas em panela quente", estão preocupados com o atraso na aprovação dos subsídios, e com os prejuízos que podem vir a sofrer durante a época dos tufões.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo da RAEM dispõe de um plano para subsidiar os comerciantes das zonas baixas da cidade na instalação de barreiras contra inundações, uma medida muito aplaudida pelo sector. Muitos comerciantes apresentaram os seus pedidos ao Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau no início do ano, no entanto, já estamos a entrar na época dos tufões, e os pedidos ainda não foram aprovados. Assim, não sabem quando é que podem instalar as referidas barreiras, e estão bastante preocupados com os prejuízos que podem vir a sofrer durante a época dos tufões. Os pedidos já foram apresentados há meses, então, por que razão é que ainda não foram aprovados? Com vista a apoiar os comerciantes na instalação das referidas barreiras antes da entrada na época dos tufões e, assim, poderem diminuir-se os respectivos riscos, o subsídio vai ser aprovado a curto prazo?

2. Na resposta à minha interpelação de Maio do corrente ano, o Governo afirma que o objectivo do subsídio para a instalação de barreiras contra

inundações é "diminuir os encargos dos comerciantes", mas se fizermos uma comparação entre comerciantes e residentes individuais, verifica-se que, regra geral, estes últimos têm menor capacidade económica, especialmente os que vivem em travessas e becos das zonas antigas, e estou em crer que terão muitas dificuldades em suportar as despesas com a instalação destas barreiras. Por que razão é que o Governo pensou em diminuir apenas os encargos financeiros dos comerciantes e não contemplou a pressão económica dos residentes?

3. No final da resposta à referida interpelação escrita, o Governo refere que "*vai continuar a prestar atenção*" às opiniões sobre a instalação das barreiras contra inundações. Estas palavras de burocratas são monótonas! O que é que significa "*continuar a prestar atenção*"? Significa que o Governo vai ajudar ou vai continuar de braços cruzados, deixando os residentes por sua própria conta?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,

Au Kam San

19 de Julho de 2019